



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de recurso de Amparo Constitucional n.º 09/2017, em que é recorrente **Manuel Fonseca** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 23/2017

I – Relatório

1. Manuel Fonseca, melhor identificado nos autos, inconformado com o Acórdão n.º 56/2017, de 25 de julho, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento ao recurso interposto da sentença que o condenara na pena de 15 anos e 6 meses de prisão, *vem ao abrigo designadamente do disposto nos artigos 22.º, n.º 1, 32.º, n.º 2, e 35.º, n.º 1, da Constituição da República e demais legislação aplicável*, interpor recurso de amparo constitucional, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.2. *O acórdão recorrido, por negar provimento às pretensões do recorrente violou de forma flagrante vários direitos fundamentais do requerente bem como alguns princípios constitucionais referente ao processo penal.*

1.3. *De facto, violou os artigos 22.º, n.º 1, 32.º, n.º 2 e 35.º, n.º 1, da Constituição da República, bem como os princípios in dubio pro reo e da livre apreciação da prova.*

1.4. *Ficou expresso na motivação do recurso para o STJ que os factos não demonstram que o recorrente tenha, intencionalmente, assassinado a vítima da forma descrita na decisão do tribunal da primeira instância.*

1.5. *Por outro lado, não ficou provado que o recorrente tinha a posse ilegal de uma arma, tendo sido aplicado retroativamente a lei penal para o incriminar, em violação do referido artigo 32.º, da Constituição.*

1.6. *Não existe qualquer prova nos autos que possa levar o Supremo Tribunal de Justiça a concluir que o senhor Manuel Fonseca assassinou a vítima, da forma em que o referido tribunal relata.*

1.7. *Se questionou no recurso para o STJ, por exemplo, em que provas se baseou a decisão de dar como provado que “(...) sem que nada fizesse esperar, o arguido*

empunhou a arma de fogo de calibre 6.35 mm, manipulou-a e, a curta distância, em direcção ao lado esquerdo da cabeça da vítima, efectuou um disparo?”;

1.8. Um disparo feito nas condições descritas na douda sentença e confirmado no doudo acórdão é desmentido pela ciência física e balística. Tratou-se de um disparo accidental, num estado de semi-inconsciência, sem dolo; Não há crime sem dolo.

1.9. Se o tribunal de primeira instância não se deu ao trabalho de fazer uma análise crítica das provas, de investigar livremente e apreciar as provas produzidas e analisadas no julgamento, consta-se que o Supremo Tribunal de Justiça sequer deu ao trabalho de o fazer.

1.10. Sublinhe-se que resulta das várias alíneas do número 2 do artigo 442.º do CPP, que “Mesmo nos casos em que, por disposição expressa da lei, os poderes de cognição do tribunal de recurso se devam limitar a matéria de direito, o recurso poderá ter também como fundamentos, desde que o vício resulte dos elementos constantes do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugados com as regras de experiência comum: a) A insuficiência para a decisão da matéria de facto provada; b) A contradição insanável da fundamentação ou entre a fundamentação e a decisão, ou, ainda, da matéria de facto dada como provada; c) Erro notório na apreciação da prova.

1.11. No caso concreto, o Supremo Tribunal de Justiça, uma vez interpelado a se pronunciar e porque os vícios resultam dos elementos do texto da decisão recorrida, não estava vedado a conhecê-los, apreciá-los e decidir, com base nas regras de experiência comum, conforme aliás determina o supra referido artigo 442.º do CPP.

1.12. Da conjugação dos artigos 174.º e 175.º do CPP, resulta respetivamente, que em processo penal a prova é livre, podendo ser feita por qualquer meio admitido em direito e sem dependência da sua apresentação prévia e que sempre que entender necessário para a descoberta da verdade e boa decisão da causa, poderá o tribunal, independentemente de oferecimento ou requerimento por parte de outros sujeitos processuais, ordenar a produção de quaisquer meios de prova legalmente admissíveis.

1.13. Vale isto por dizer que, no caso sub judice, o Supremo Tribunal de Justiça estava vinculado ao princípio da investigação e da livre apreciação da prova.

1.14. E, a livre apreciação das provas produzidas pela douda acusação do Ministério Público, se fossem, in casu, apreciados livremente pelo Supremo Tribunal de Justiça, só poderiam conduzir à absolvição do recorrente.

1.15. *Por outro lado, no crime de arma, no mínimo, deveria aplicar a lei mais favorável ao arguido, sem aplicar retroativamente a lei penal, em violação do artigo 32, n.º 2 da Constituição.*

1.16. Conclui da seguinte forma:

O douto acórdão recorrido, por ter negado provimento ao recurso do recorrente, violou o seu direito a processo equitativo e justo, previsto, no artigo 22.º, n.º 1 da Constituição; Não ficado provado que o recorrente tenha adquirido arma, depois da criminalização da posse, foi-lhe, no entanto, aplicado, retroativamente a lei penal para incriminar, em violação do referido artigo 32.º, n.º 2, da Constituição, que prevê o princípio da não retroatividade da lei penal, quando prejudica o arguido:

Foi considerado a existência de crime sem dolo;

Foi violado o direito do arguido a presunção de inocência, previsto no artigo 35.º, n.º 1 da Constituição e no artigo 1.º do CPP.

Termina solicitando que seja *dado provimento ao presente recurso, dando amparo aos direitos fundamentais do recorrente acima referidos.*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, em douto parecer de fls. 38 a 45, defendeu a rejeição deste recurso porque *não se mostra minimamente que tenha havido violação de nenhum direito, liberdade e garantia amparável.*

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir sobre a admissibilidade do recurso.

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe Tutela dos direitos, liberdade e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

2. Tratando-se, neste caso, de um recurso de amparo contra decisão do mais alto tribunal da ordem judicial comum, há que proceder à verificação dos pressupostos e requisitos previstos na Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

O artigo 16.º da Lei do Amparo Constitucional prevê as situações em que se não pode admitir um recurso de amparo, sendo as duas primeiras a extemporaneidade e a inobservância dos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º.

3. O recurso em apreço vem interposto do Acórdão n.º 56/2017, proferido pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça, em 25 de julho de 2017.

Nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

Compulsados os autos, designadamente a cópia do Acórdão recorrido, verifica-se que no cabeçalho desta encontra-se o seguinte registo manuscrito:

“Notificado em 02.08.17”.

Pode ser que o recorrente tenha sido, efetivamente, notificado nessa data. Mas é também de se admitir que a data em que tenha sido notificado não coincida com aquela data, como, aliás, ocorreu no recurso de amparo n.º 2/2016, o qual foi admitido pelo Acórdão n.º 11/2016, de 23 de maio de 2016 e publicado no B.O n.º 43, I Série, de 27 de julho de 2016 – págs. 1418 a 1421. É que nesses autos havia um registo idêntico ao do acima transcrito, mas a data em que a recorrente tinha sido notificada não coincidia com aquela que figurava no registo. Foi, então, necessário solicitar a cópia da certidão de notificação para que ficasse dissipada a dúvida.

Por isso, em caso de incerteza sobre a data da notificação de uma decisão judicial objeto de um recurso de amparo, é sempre avisado solicitar a certidão de notificação ou a respetiva cópia à autoridade judicial competente, de forma a dissipar qualquer dúvida.

Todavia, nos presentes autos não é necessário fazer-se prova da notificação do recorrente para se determinar a tempestividade da interposição do recurso, porque, tendo o Acórdão recorrido sido proferido em 25 de julho de 2017 e a petição de recurso registada na secretária do Tribunal Constitucional, no dia 22 de agosto de 2017, e, aplicando-se supletivamente o disposto no artigo 137.º do CPC, conjugado com o já referido n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, o recurso seria sempre oportuno, independentemente do momento em que o recorrente tenha sido notificado.

4. O recurso de amparo deve ser fundamentado nos termos do artigo 8.º da Lei do Amparo.

Assim sendo, e conforme o disposto na alínea b) do citado preceito legal, na petição o recorrente deve indicar com precisão o ato, facto ou a omissão que, na opinião dele, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais.

Ao fixar os critérios da fundamentação do recurso de amparo, exigindo, nomeadamente, que sejam indicados com precisão e clareza o ato, o facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais, a menção expressa das normas ou princípios jurídico-constitucionais alegadamente violados, bem como a indicação do amparo que se pretende obter, espera-se que haja conexão e coerência entre os factos articulados e os direitos fundamentais alegadamente violados e o amparo que se requer.

O recorrente alega que o Acórdão recorrido, ao negar provimento ao recurso da sentença que o havia condenado, violou o seu direito a um processo justo e equitativo, a garantia de não lhe ser aplicada retroativamente lei penal menos favorável, bem como o direito à presunção de inocência previstos nos artigos 22.º, n.º 1, 32.º, n.º 1 e 35.º, n.º 1, todos da Constituição da República.

Se é verdade que a exposição das razões de facto que fundamentam a petição de recurso se mostra resumida, não é menos verdade que os direitos e garantias fundamentais alegadamente violados, conforme descritos no parágrafo antecedente, principalmente os alojados nos artigos 22.º, n.º 1 e 32.º, n.º 1 da Constituição, não se afiguram suficientemente suportados em atos, factos ou omissões. E porque após a eventual admissão do recurso, o Tribunal se debruçará essencialmente sobre questões de direito, enseja-se ponderar

conceder ao recorrente a possibilidade de aperfeiçoar a fundamentação da sua petição de recurso.

No que diz respeito ao pedido de amparo em si, importa lembrar que nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo, *a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais violados.*

Mas um pedido de amparo tão vago como o formulado pelo recorrente: *Termos em que deve ser dado provimento ao presente recurso, dando amparo aos direitos fundamentais do recorrente acima referidos*, se não inviabiliza a concessão do amparo, endossa ao Tribunal o ónus de escolher um amparo, quando o que se extrai da lei é que deve ser o recorrente a identificar o amparo que entenda dever ser-lhe concedido. isso, sem prejuízo do disposto no artigo 24.º da Lei do Amparo.

Conclui-se que a petição deste recurso de amparo não observa os requisitos previstos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo, carecendo, portanto, de aperfeiçoamento.

Em sucessivos arestos o Tribunal Constitucional, ao apreciar os requisitos formais, tem considerado que mais importante do que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Tem adotado também o princípio do favorecimento do processo, ao abrigo do qual tem vindo a conceder oportunidade para se aperfeiçoar petições de recurso de amparo que enfermam de deficiências formais, como por exemplo, os Acórdãos de aperfeiçoamento n.º 9/2016, de 17 de maio - Maria de Lurdes Ferreira *versus* STJ, n.º 5/2017, de 18 de abril - Martiniano Nascimento Oliveira *versus* STJ, n.º 12/2017, de 20 de julho – Alexandre Borges *versus* STJ.

5. Nestes termos, e visto o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 17.º da Lei do Amparo, o Tribunal decide conceder ao recorrente a oportunidade para aperfeiçoar a sua petição de recurso.

III - Decisão

Os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos, em Plenário, decidem ordenar que:

1. Seja notificado o recorrente para, querendo, e no prazo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso:

a) Indicar com precisão o ato, o facto ou a omissão que, na opinião dele, viola o seu direito a um processo justo e equitativo e a garantia de não lhe ser aplicada retroativamente lei penal menos favorável;

b) Reformular o pedido, indicando o amparo que entende dever ser-lhe concedido, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo.

2. Seja oficiado o Supremo Tribunal de Justiça no sentido de remeter ao Tribunal Constitucional, a título devolutivo, os autos do processo crime em que foi julgado o recorrente.

Registe e notifique.

Praia, 9 de novembro de 2017.

João Pinto Semedo (Relator),

Aristides R. Lima

José Pina Delgado.

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 13 de novembro de 2017.

Pel'O Secretário,

Adérito Monteiro